

**Terceirização, Reforma Trabalhista e Reforma da Previdência:
impactos nas receitas do RGPS
Social.**

Audiência Pública da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para debater o Projeto de Lei n.38 que altera a CLT (1943).
Brasília, 23 de maio 2017

Eduardo Fagnani

Professor do Instituto de Economia da Unicamp, pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho (CESIT-IE-UNICAMP) e coordenador da rede Plataforma Política Social

1. Reforma trabalhista e geração de empregos

Evidências internacionais

Estudos da OIT (1995)

Estudo da OIT (2016)

Drivers and effects of labour market reforms: Evidence from a novel policy compendium (IZA Journal of Labour Policy e no OIT Whats Work, Research Brief 05). Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---inst/documents/publication/wcms_414588.pdf

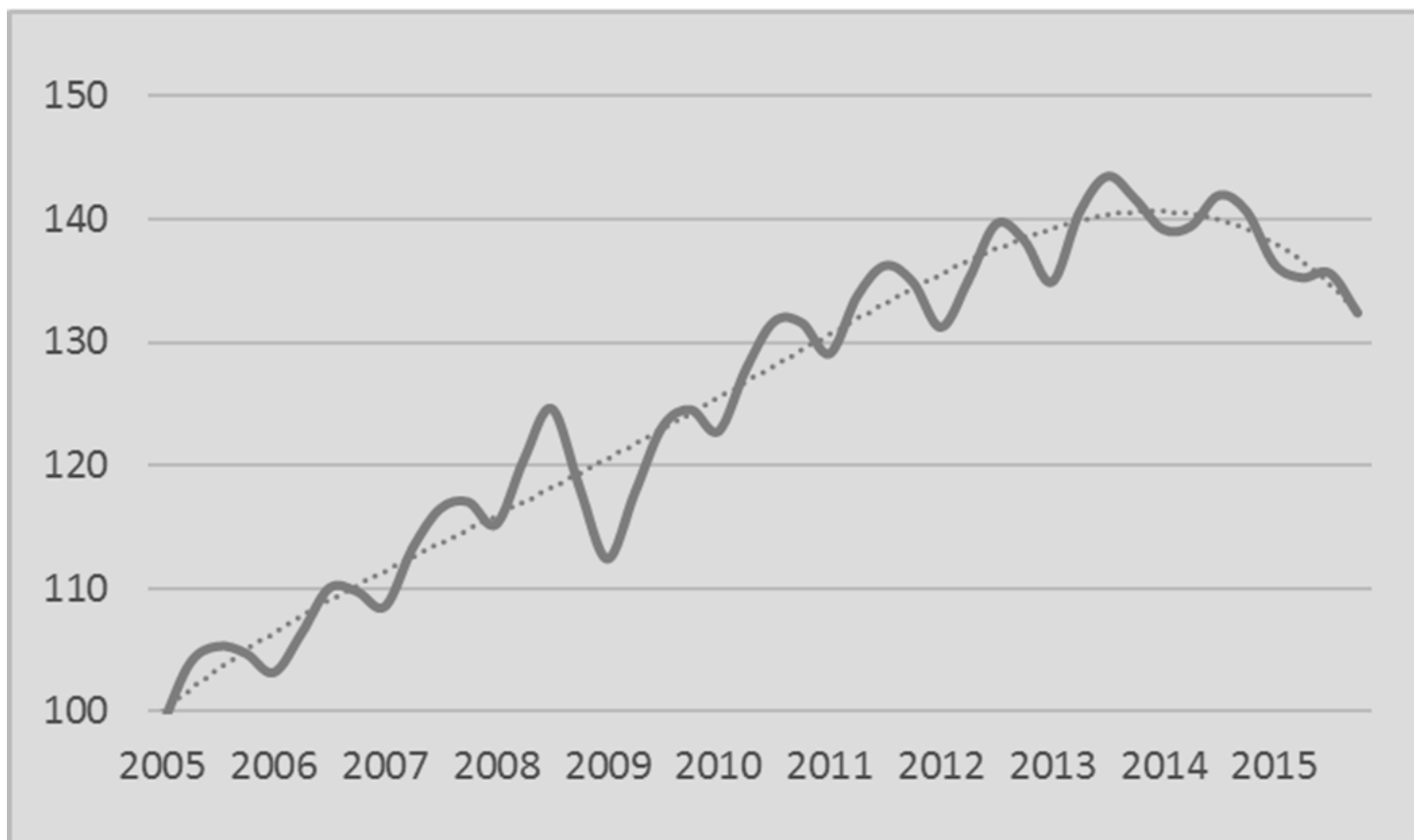
Análise das reformas legislativas laborais em 110 países no período 2008-2014. Uma das principais conclusões é de que:

- ▶ Mudanças na legislação trabalhista realizadas em período de crise e que visam reduzir a proteção, aumentam a taxa de desemprego no curto prazo.
- ▶ Nenhum efeito estatístico relevante forma observadas quando essas mudanças foram implementadas em períodos de estabilidade ou expansão da atividade econômica.
- ▶ As reformas tenderam a gerar aumento do desemprego no curto prazo.
- ▶ Esses resultados são corroborados por outros estudos produzidos pelo FMI e pela OCDE (2016).

• O que gera empregos?

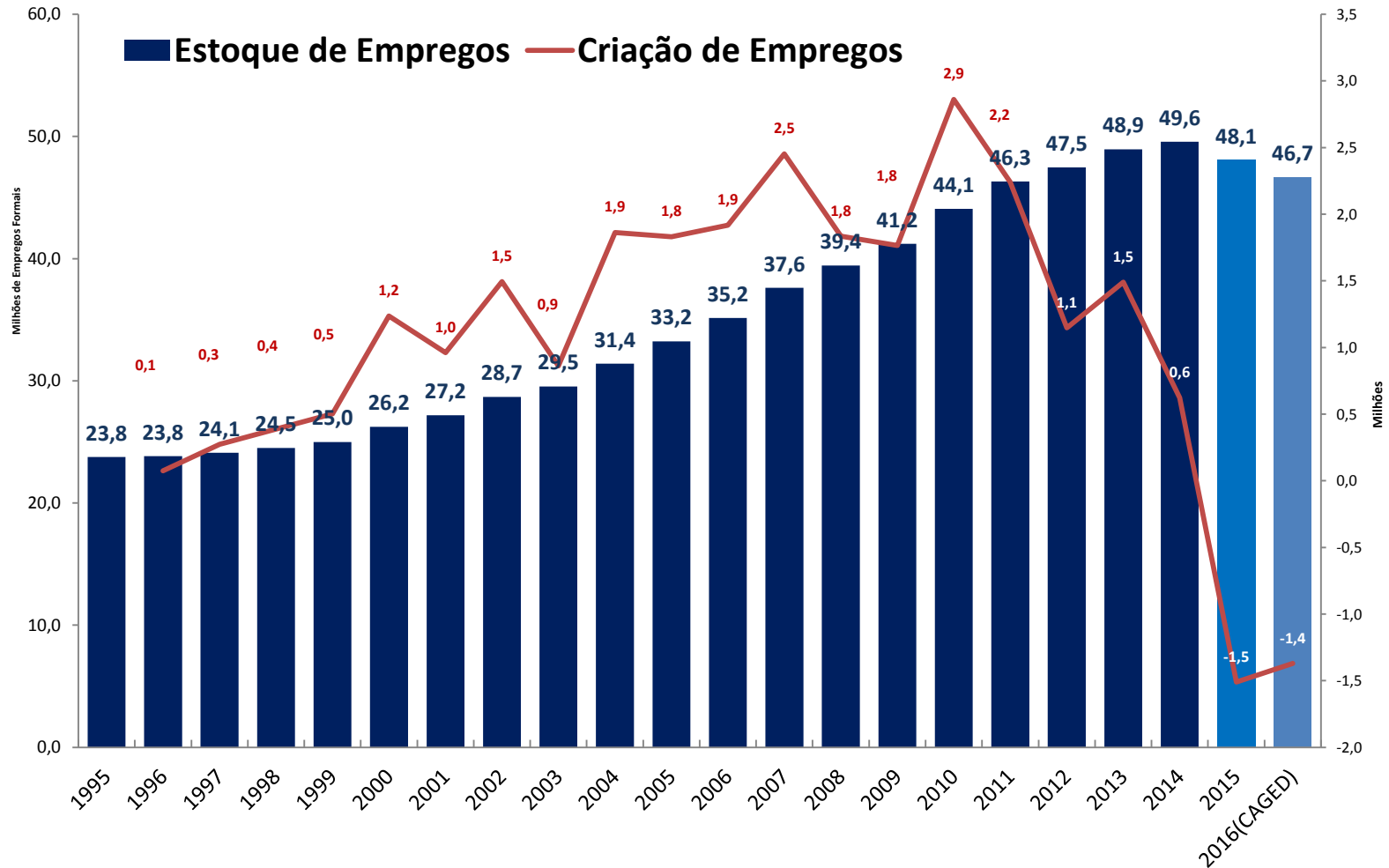
- ▶ Aumento da demanda por mão de obra
 - ▶ Crescimento da economia
 - ▶ Aumento da renda e consumo das famílias
 - ▶ Aumento do Consumo do Governo
-
- ▶ A experiência brasileira recente

Gráfico 1: PIB real do Brasil, evolução trimestral



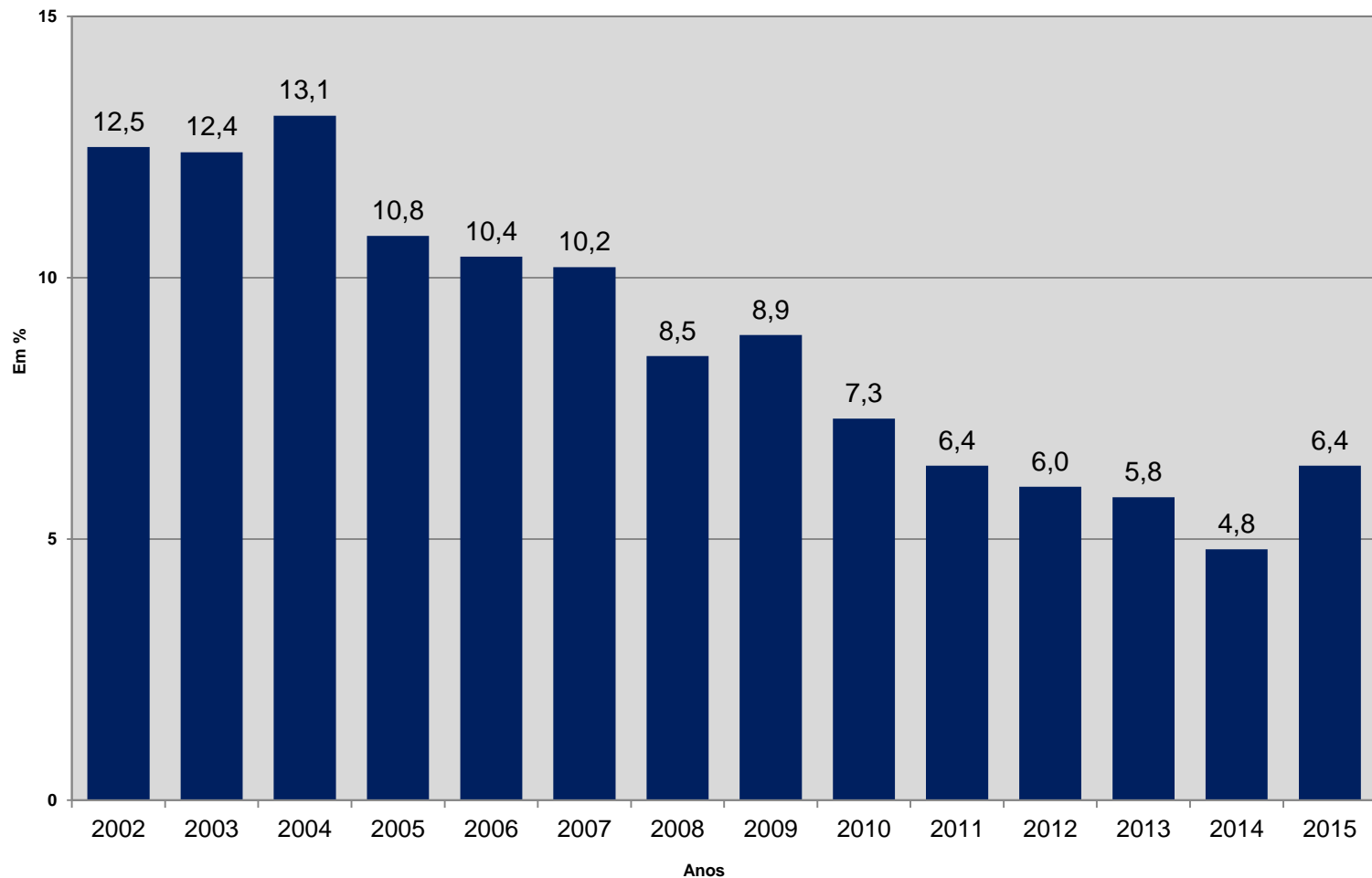
Fonte: IBGE – Sistema de Contas Trimestrais. Evolução do PIB real, média de 2004 = 100. Elaboração ANFIP e Fundação ANFIP (ANFIP 2015)

EVOLUÇÃO DO NÚMERO TOTAL DE EMPREGADOS COM VÍNCULO FORMAL DE EMPREGO (EM MILHÕES) | BRASIL | 1995-2016



Fonte: RAIS e CAGED - MTE | Calixtre e Fagnani, 2017

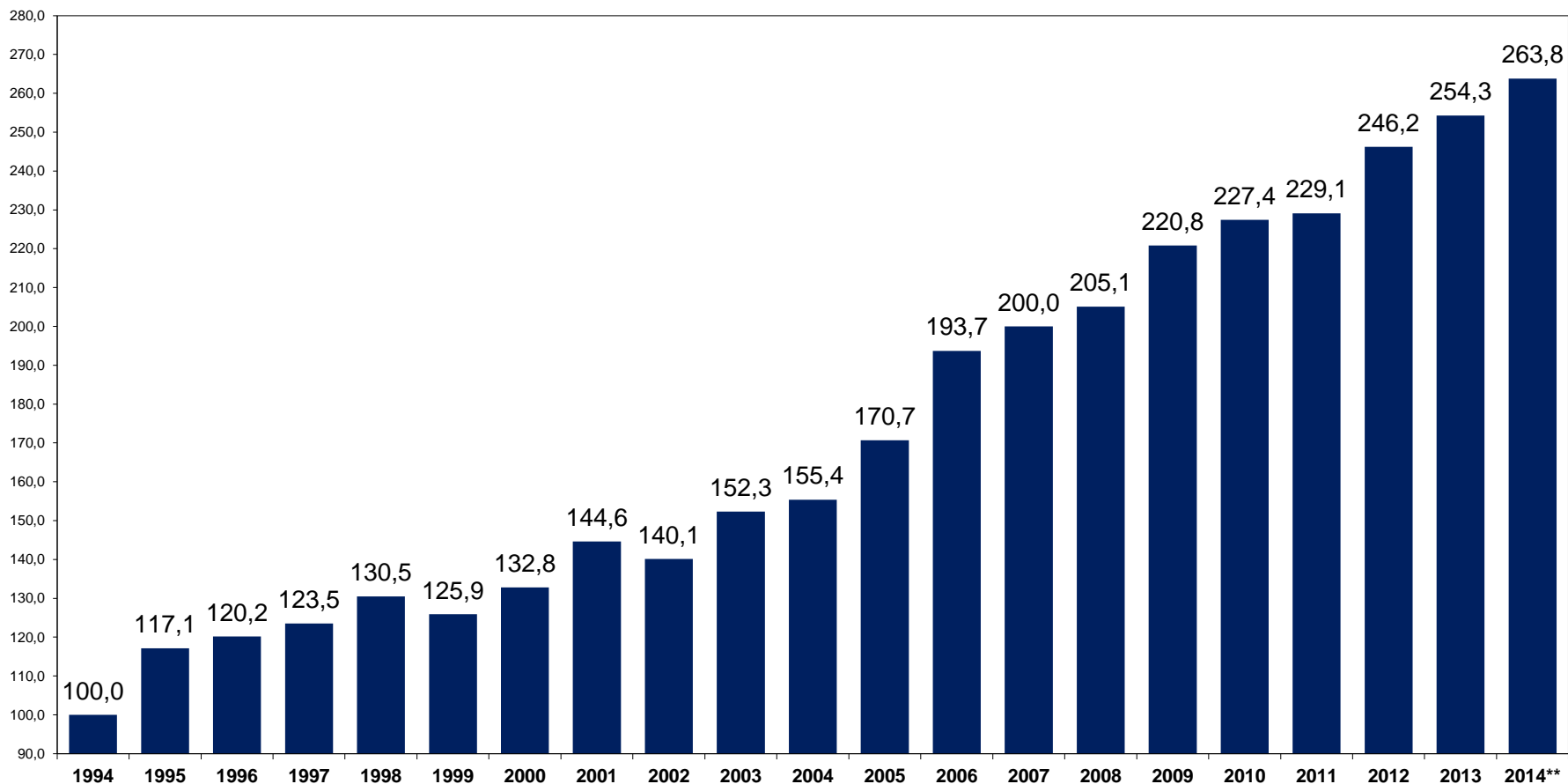
EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESOCUPAÇÃO (EM %) BRASIL 2012-2016



Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego (IBGE).

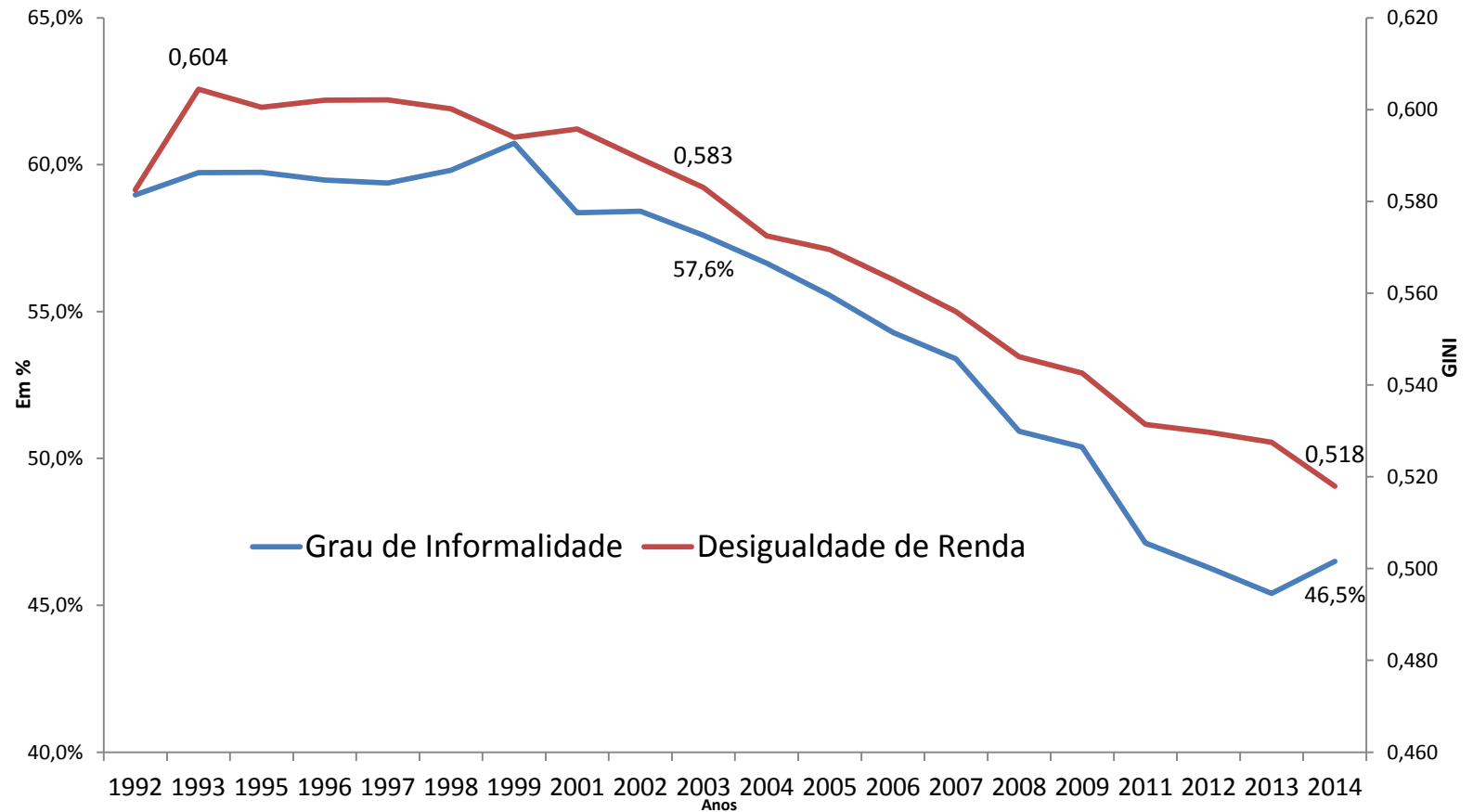
EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO REAL

(BASE 1994=100) | BRASIL | 1994-2014



Fonte: DIEESE. Deflacionado pelo INPC (Posição em Janeiro)

EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE GINI E DA TAXA DE INFORMALIDADE (EM %) | BRASIL | 1992-2014



Terceirização, Reforma da Previdência e Reforma Trabalhista: impactos sobre as finanças do RGPS

Alerta

- ▶ Essas três reformas podem representar uma combinação explosiva pelos potenciais efeitos negativos na redução das receitas do Regime Geral da Previdência Social, o que pode inviabilizar o sistema público.

Exposição

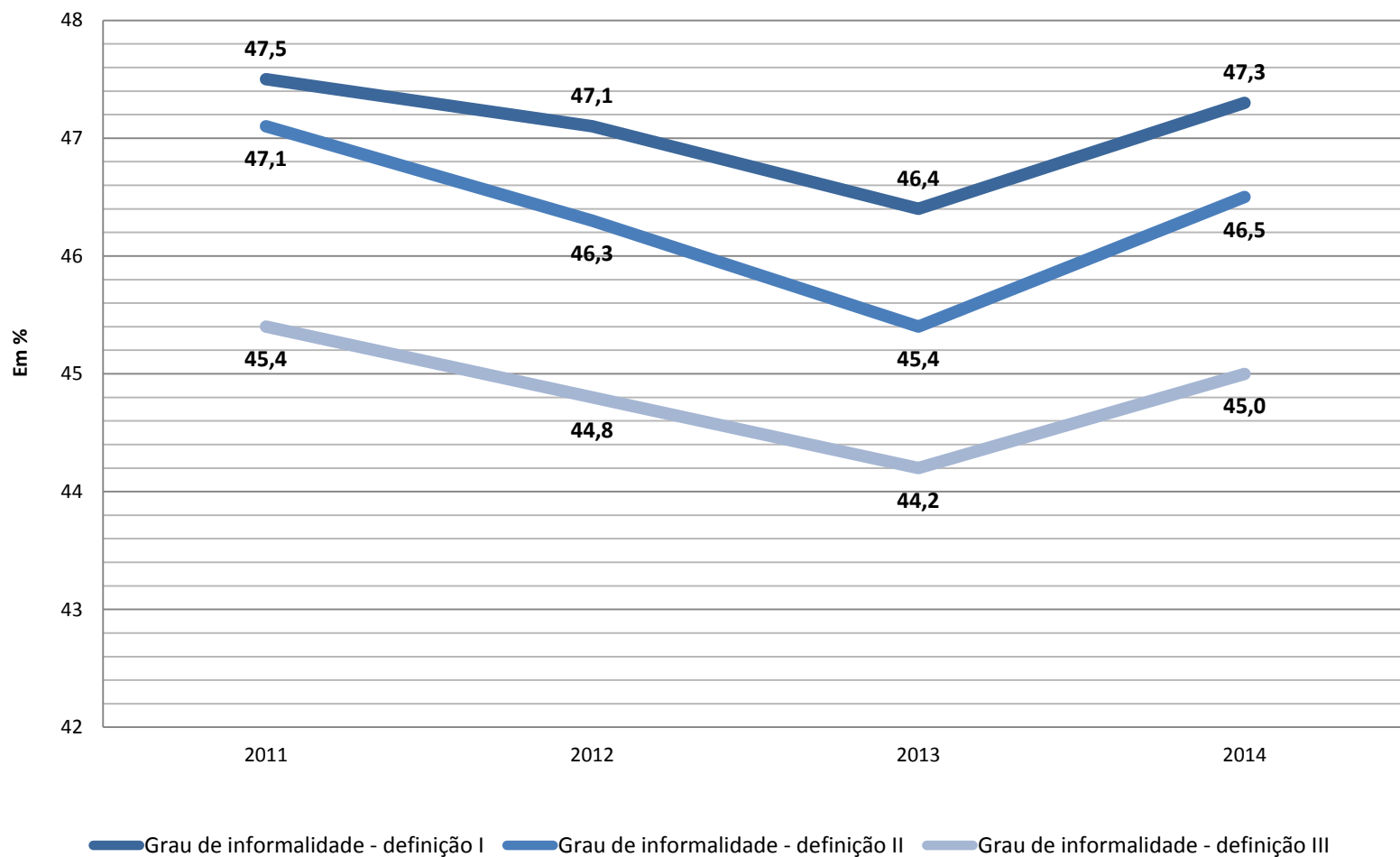
1. Reforma da Previdência
2. Terceirização
3. Reforma Trabalhista

2. A Reforma da Previdência: impactos sobre as fontes de financiamento

A exigência de 65 anos de idade e 40 anos de contribuição (aposentadoria “integral”) e 25 anos (Aposentadoria parcial) e a realidade do mercado de trabalho

- ▶ Informalidade
- ▶ Rotatividade
- ▶ Desemprego

GRAU DE INFORMALIDADE BRASIL| 2011-2016



Fonte: PNAD. Elaboração: IpeaDATA.

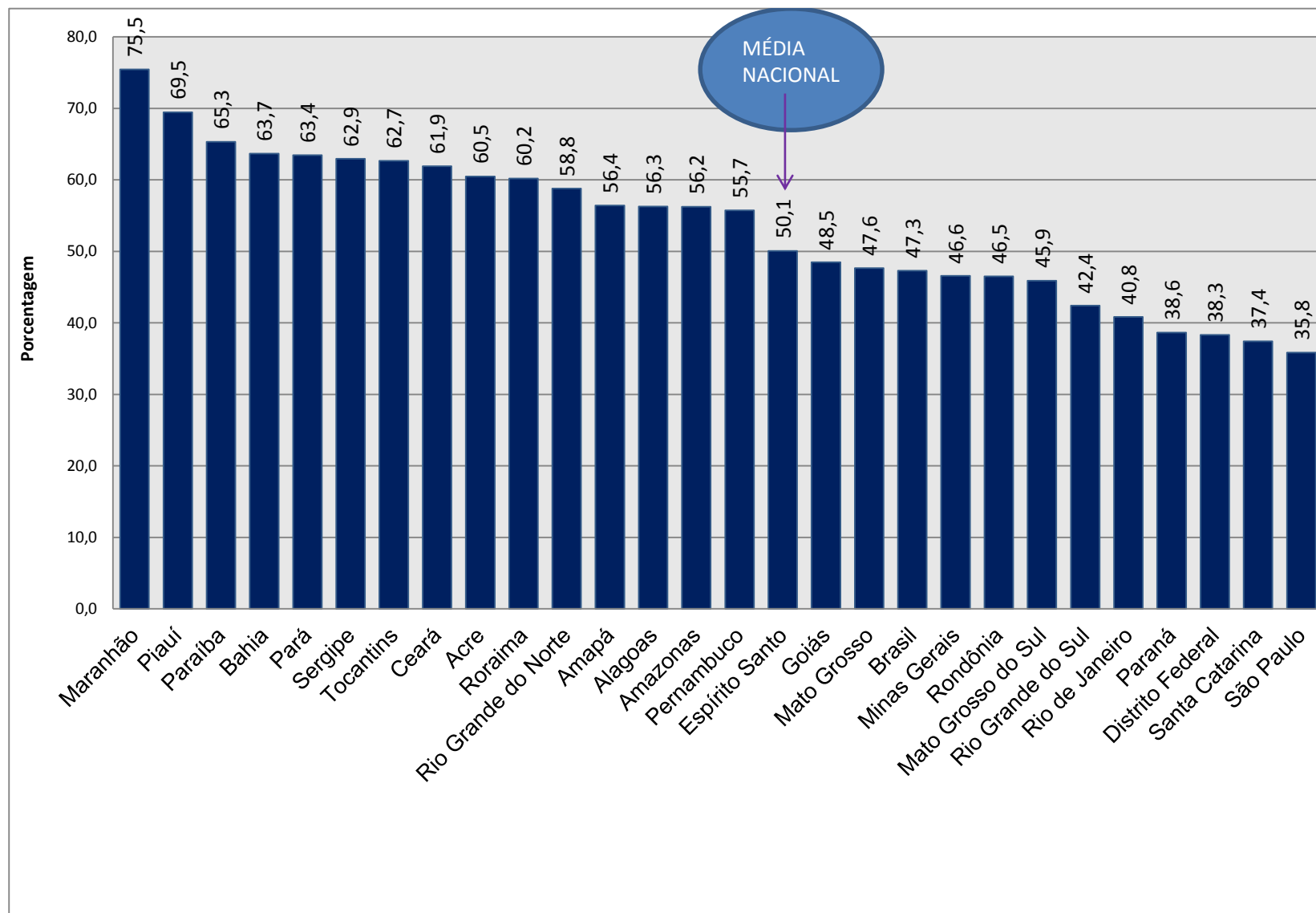
Notas:

Grau de informalidade – definição I: (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria) / (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria).

Grau de informalidade – definição II: (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria + não remunerados) / (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria + não remunerados + empregadores).

Grau de informalidade – definição III: (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria) / (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria + empregadores).

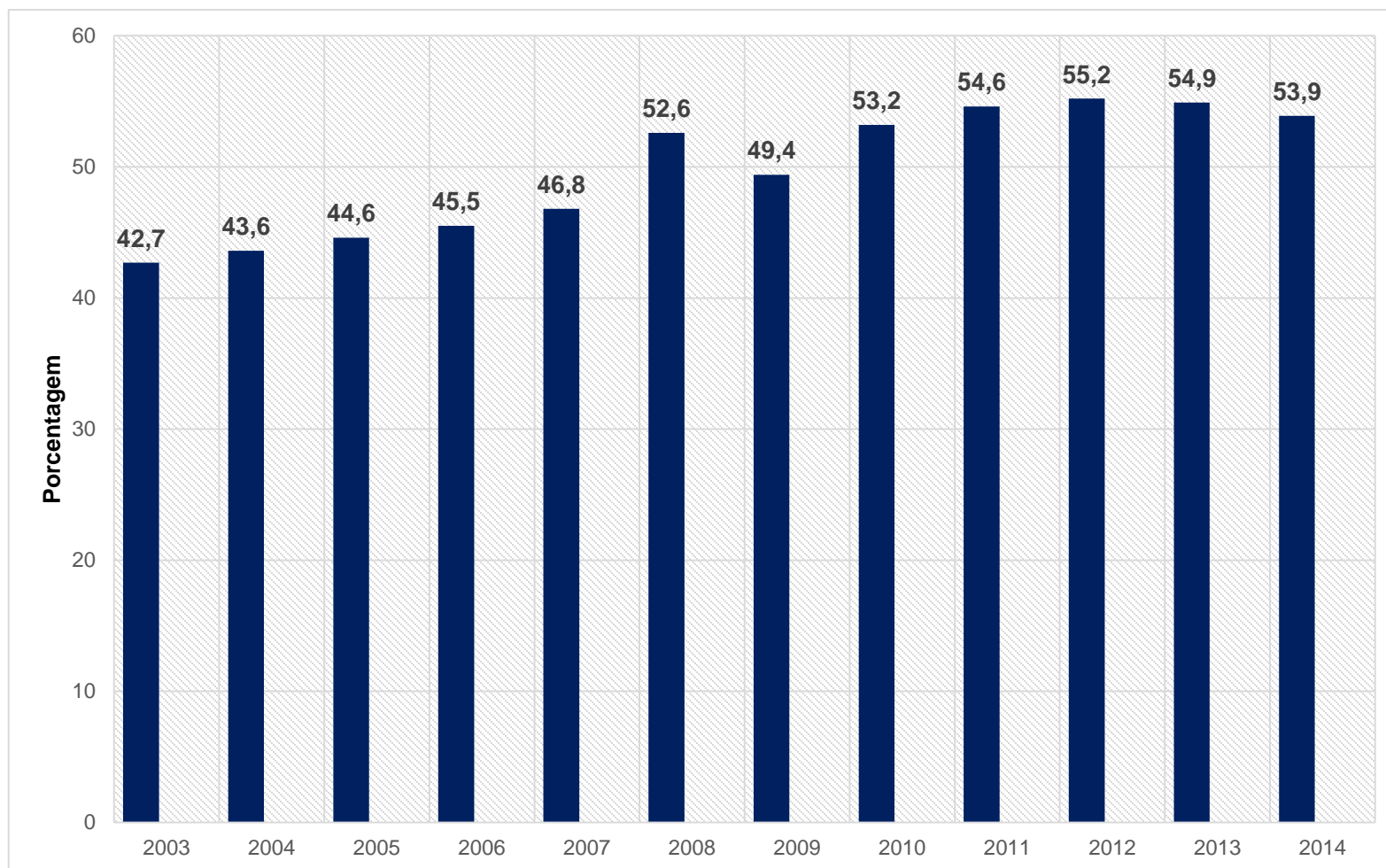
**FIGURA 3 – GRAU DE INFORMALIDADE POR UNIDADES DA
FEDERAÇÃO ⁽¹⁾ (EM PORCENTAGEM) | BRASIL | 2014**



Fonte: IBGE/PNAD.

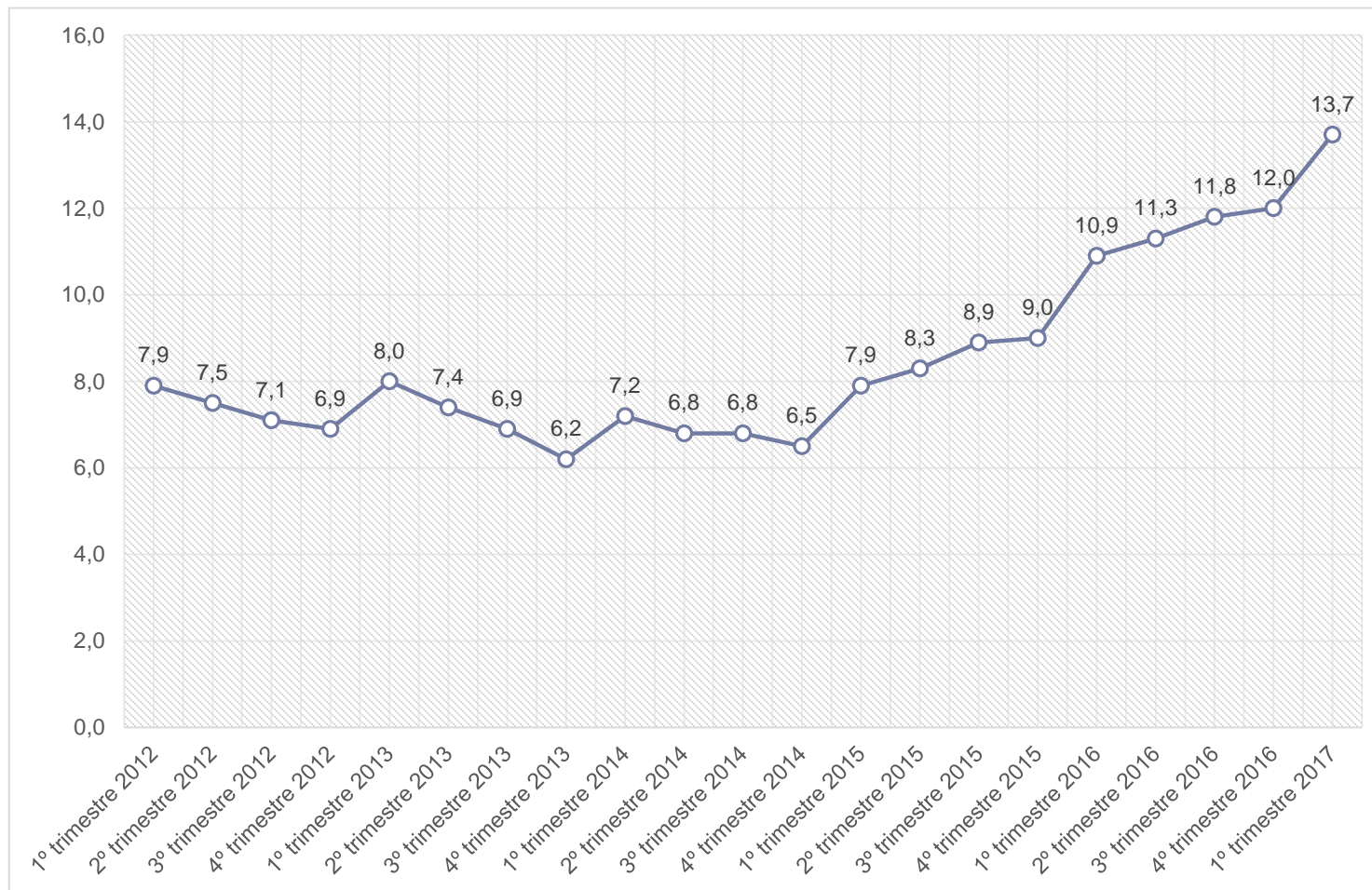
Nota (1) $(\text{Empregados sem carteira} + \text{trabalhadores por conta própria}) / (\text{trabalhadores protegidos} + \text{empregados sem carteira} + \text{trabalhadores por conta própria})$.

Taxa de rotatividade no segmento celetista do mercado de trabalho



Fonte: RAIS. Elaboração: DIEESE.

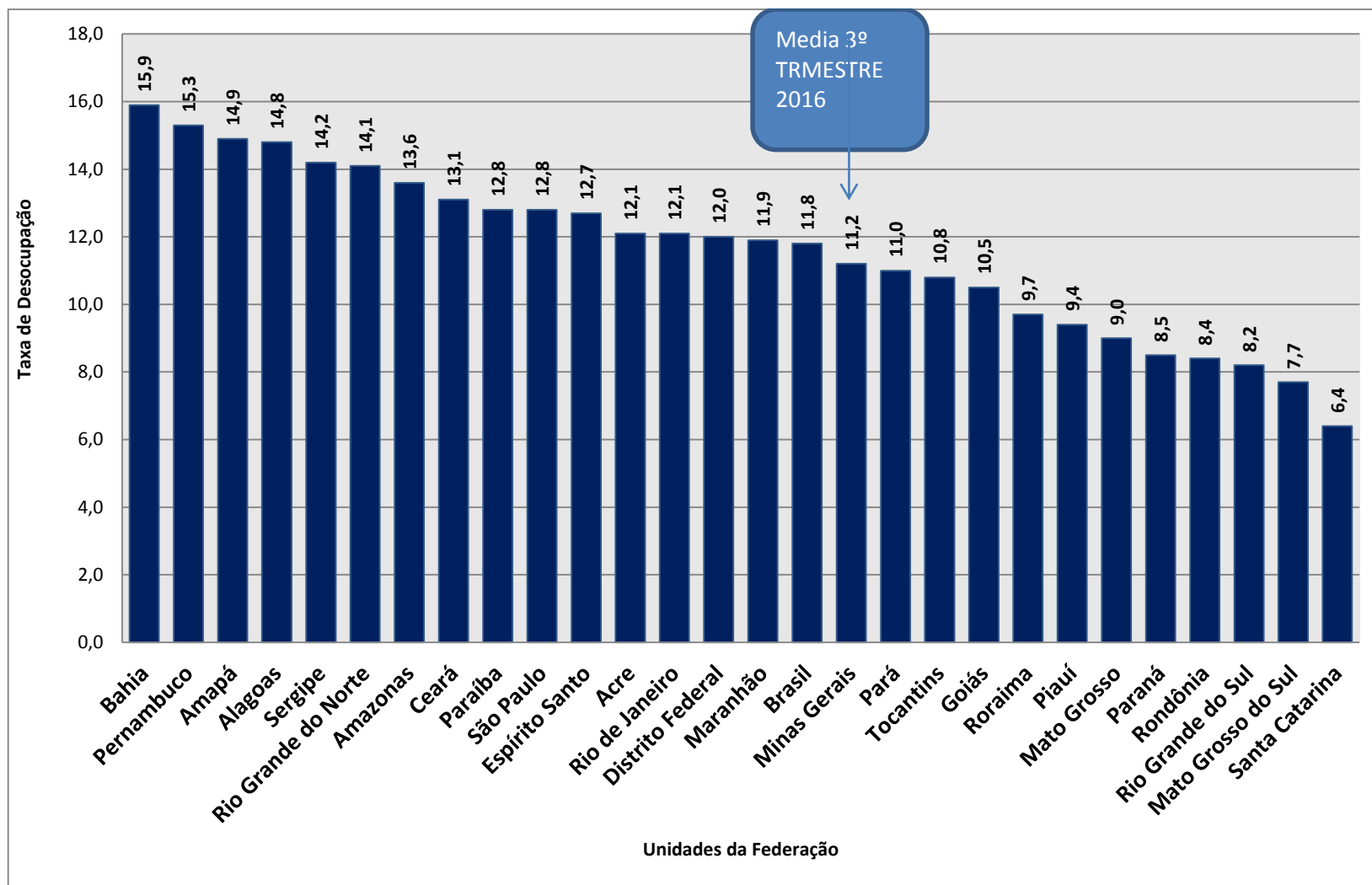
Nota: * Considera todos os motivos de desligamentos; ** Exclui os desligamentos por falecimento, aposentadoria, transferência e demissão a pedido do trabalhador.



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

TAXA DE DESOCUPAÇÃO POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO

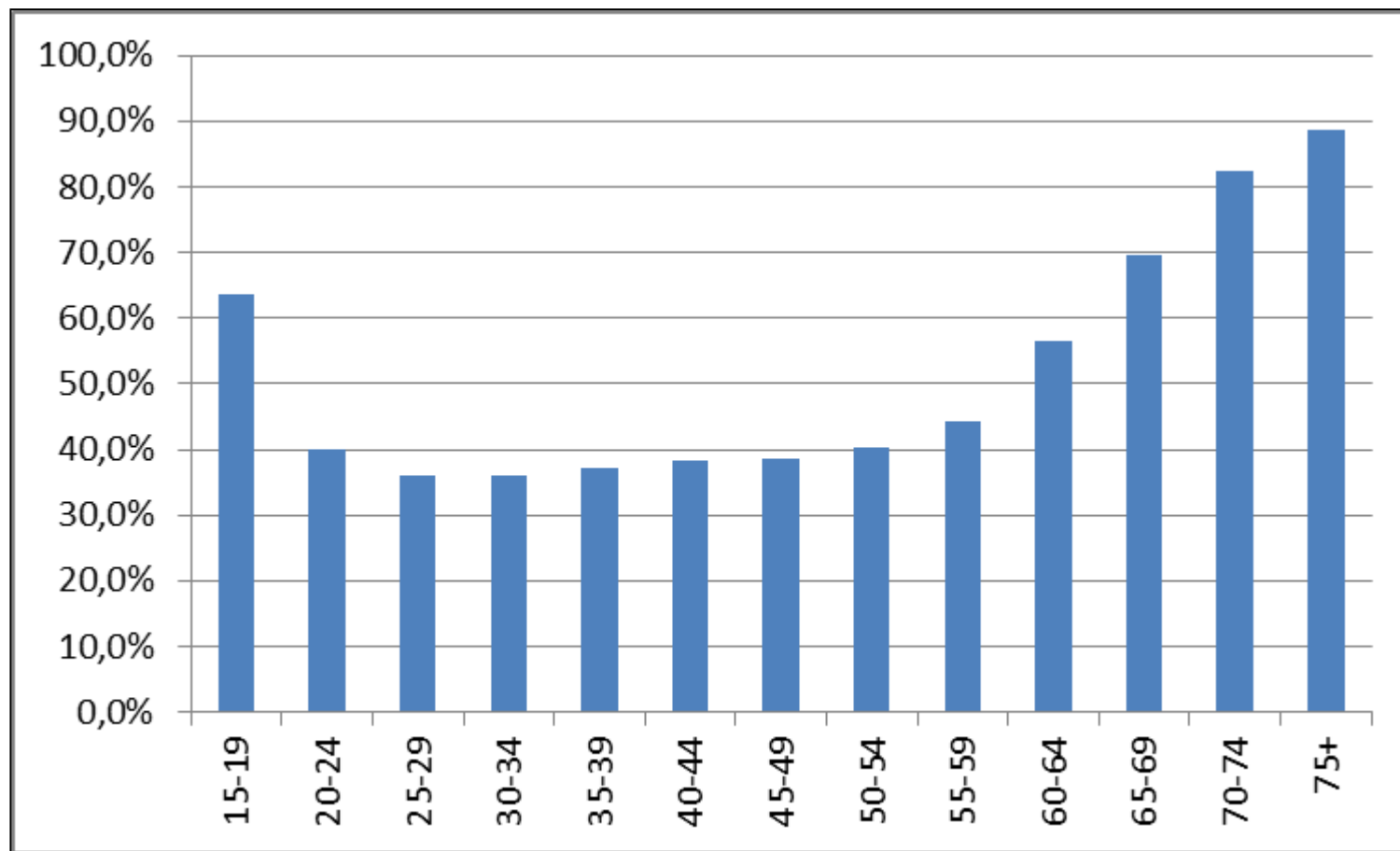
BRASIL | 3º TRIM. 2016



Fonte: PNAD Contínua. Elaboração própria.

Dificuldades para contribuir para a previdência: jovens e pessoas com mais de 60 anos

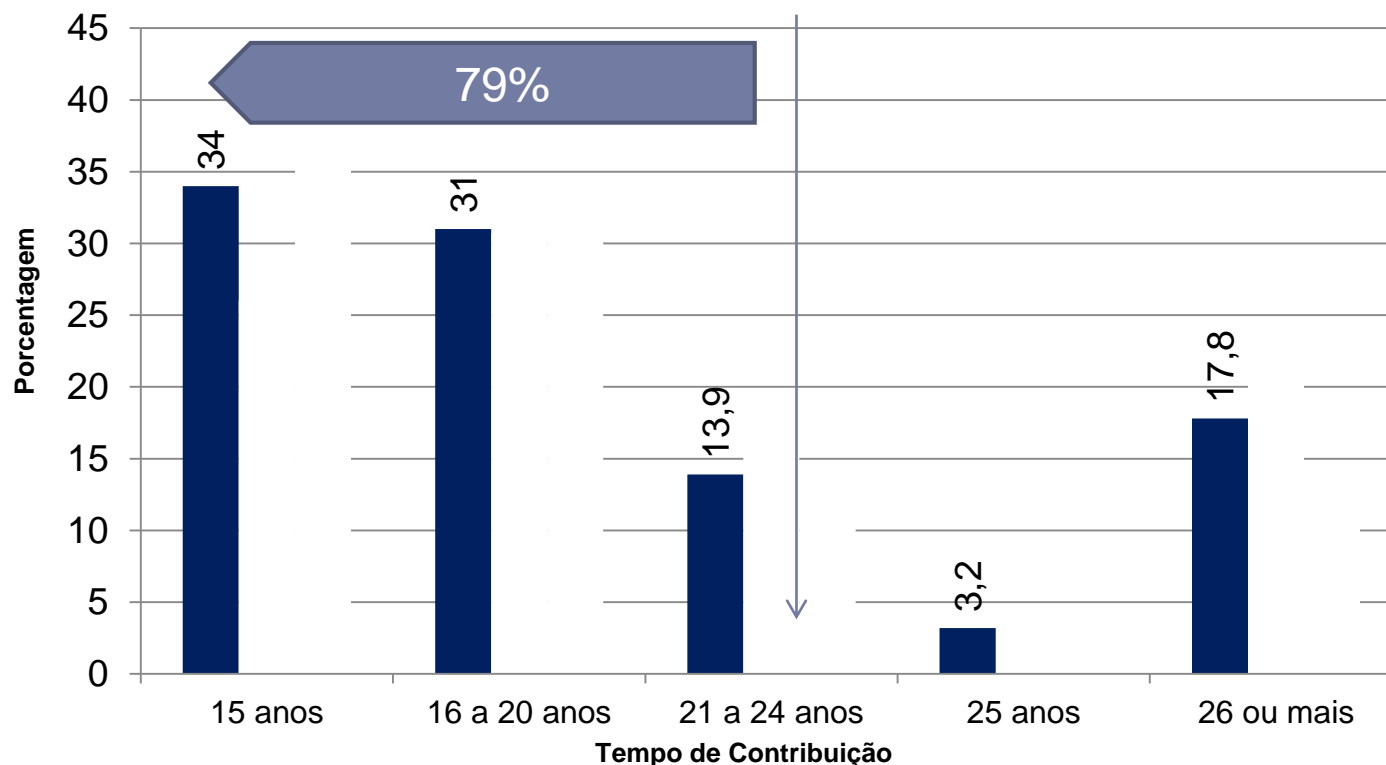
Informalidade por faixa de renda



Fonte: IBGE. PNAD 2015. Elaboração: DIEESE

DISTRIBUIÇÃO DAS APOSENTADORIAS POR IDADE SEGUNDO FAIXAS DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO (EM%) |

79% dos segurados que se aposentaram por idade em 2015 contribuíram menos de 25 anos (homem e mulher)



Fonte: Secretaria de Previdência Social | Folha de São Paulo. 20/02/2017.

<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/02/1858004-exigencia-de-25-anos-de-contribuicao-pegaria-79-de-aposentados-por-idade.shtml>

Efeitos da Informalidade e da Rotatividade na Contribuição Previdenciária

Em 2014, em 12 meses o trabalhador contribuiu 9 meses em média.

- para cumprir 15 anos (180 contribuições mensais) **leva 20 anos**
- para cumprir 25 anos (300 contribuições mensais) **leva 33 anos**

18 milhões de trabalhadores não contribuem mais de 6 meses no ano, em média.

Ana Amélia Camarano, do Ipea

<https://oglobo.globo.com/economia/os-efeitos-colaterais-da-reforma-da-previdencia-21244180#ixzz4hjKTpwGI>

- 60% da população de 16 anos e mais estavam trabalhando em 2015.
- População de 60 anos ou mais: essa taxa cai para 38%, no caso dos homens, e para 26,3%, no das mulheres
- 8,2% dos homens de 50 a 64 anos não trabalhavam nem tinham aposentadoria em 2015. Cerca de 80% deles sofrem de alguma doença crônica.
- 42% dos trabalhadores não recolhem para a Previdência Social. Com o endurecimento das regras para aposentadoria, exigindo que se comprove 25 anos de contribuição, esses trabalhadores vão acabar no sistema de assistência social

Desestímulos, exclusão e migração: impactos sobre a receita da Previdência

- ▶ Homens e mulheres urbanos: desestimulados, porque sabem que não vão conseguir comprovar 25 anos
- ▶ Trabalhador Rural: desestimulado, porque não consegue contribuir mensalmente e comprovar 15 anos
- ▶ Abandonos por doenças crônicas
- ▶ Jovem está disposto a pagar um carnê com 480 prestações ininterruptas durante 40 anos para ter acesso a uma aposentadoria pelo teto máxima de R\$ 5 mil?
- ▶ Classes de mais alta renda migram para os planos privados: Dados da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (Fenaprev) revelam que os investimentos das carteiras dos planos privados de aposentadoria cresceram 38,5% entre outubro de 2015 e outubro de 2016. Essa migração tende a se intensificar nos próximos anos.

A Reforma da Previdência poderá desmotivar a adesão ao sistema público, expulsar atuais contribuintes e incentivar a migração para a Previdência privada.

Todas essas possibilidades poderão ter consequências graves na quebra da arrecadação do RGPS, comprometendo a sobrevivência do sistema.

Efeito agravado pode ser agravado pela terceirização e pela Reforma Trabalhista

3. Terceirização e Previdência

A queda da receita: transformação de um número grande de trabalhadores com carteira assinada em:

- ▶ Pessoas Jurídicas
- ▶ Empreendedores Individuais
- ▶ Alíquotas, incidentes sobre o valor mínimo, são 50% menores

Ruy Braga (USP): a terceirização poderá promover uma inversão estrutural no mercado de trabalho: **“em cinco, sete anos o total de terceirizados pode chegar a 75%”**, o que seria “um desastre” para as contas públicas.

<http://www.valor.com.br/brasil/4912306/terceirizado-pode-ir-75-do-total-diz-estudo>

Ocupados segundo posição na ocupação

1º trimestre de 2017

75%
Alteração
Estrutural
do Emprego
Com
Carteira
Assinada



	EM MIL	EM %
EMPREGADOS COM CARTEIRA ASSINADA	44.350	49,86
Empregado no setor privado	33.406	37,56
Trabalhador doméstico	1.909	2,15
Empregado no setor público	1.080	1,21
Empregado no setor público - militar e funcionário público estatutário	7.955	8,94
EMPREGADOS SEM CARTEIRA ASSINADA	16.167	18,18
Empregado no setor privado	10.181	11,45
Trabalhador doméstico	4.149	4,66
Empregado no setor público	1.837	2,07
OUTROS COM CONTIBUIÇÃO INCERTA PARA A PREVIDÊNCIA	28.430	31,96
Empregador	4.128	4,64
Conta própria	22.112	24,86
Trabalhador familiar auxiliar	2.190	2,46
TOTAL	88.947	100,00

A Terceirização e as fontes de receita do RGPS

- ▶ Maior rotatividade (**o dobro dos empregos formais**)
- ▶ O menor tempo médio de duração do vínculo de emprego (**metade das contratações formais**).
- ▶ Períodos de desemprego e o exercício de atividades precárias **reduzem o fluxo contínuo de receitas previdenciárias**.
- ▶ Prolongam o período contributivo.
- ▶ Limitam as possibilidades de o trabalhador cumprir 25 anos de contribuição para a aposentadoria parcial
- ▶ Levam ao desestímulo para contribuir para a previdência
- ▶ Os afastamentos por doenças profissionais e acidentes de trabalho são maiores nas atividades **terceirizadas (o dobro, em alguns casos)**, o que implicará aumentos nas despesas previdenciárias

A Terceirização e as fontes de receita do RGPS

- ▶ A terceirização tende a rebaixar os salários.
- ▶ A remuneração média nas atividades terceirizadas é 25% inferior à praticada nas atividades formalizadas.
- ▶ Queda da massa salarial que incide sobre as receitas da previdência.
- ▶ Terceirizadas tendem a pagar menos imposto
- ▶ Terceirizadas abrem e fecham com facilidade
- ▶ Em muitos casos, recolhem tributos e não repassam para os órgãos do governo.
- ▶ A “falência” programada é prática de grande parte das empresas
- ▶ A lei não prevê a obrigatoriedade de a empresa contratante fiscalizar a terceirizada no cumprimento das suas obrigações trabalhistas e previdenciárias. A “responsabilidade subsidiária” da contratante é acionada apenas na ausência da prestadora, em razão de falência, por exemplo.
- ▶ No caso da União, o STF acabou de decidir que não há “responsabilidade subsidiária” por débitos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa terceirizada.
- ▶ <http://www.anamatra.org.br/imprensa/noticias/25148-terceirizacao-supremo-afirma-que-uniao-nao-e-responsavel-subsidiaria-por-debitos-trabalhistas>

4. Reforma Trabalhista e Previdência

Atinge a espinha dorsal da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT)

- ▶ Altera radicalmente o sistema de relações de trabalho no Brasil.

Amplifica os vínculos flexíveis e reduz as receitas da Previdência

- ▶ Contratação de empregado temporário
- ▶ Contratação do empregado com contrato por prazo determinado
- ▶ Institui o Trabalho Intermitente
- ▶ Incentiva a demissão de trabalhadores com carteira assinada
- ▶ Amplia a rotatividade do emprego
- ▶ Amplia a descontinuidade das contribuições dos trabalhadores
- ▶ Dificulta a comprovação dos 25 anos de carência para o acesso ao benefício.
- ▶ Desmotivação para contribuir
- ▶ Rebaixa o salário
- ▶ Redução da massa salarial

SÍNTESE

Reforma da Previdência, Terceirização e Reforma Trabalhista podem representar uma combinação explosiva

Há possibilidades concretas de haver queda dramática nas receitas da previdência (RGPS)

Isso poderá conduzir à sua inviabilidade financeira no médio prazo

RECOMENDAÇÃO

O Parlamento deveria elaborar estudos sobre esses impactos financeiros, apontando diversos cenários.

Esses estudos devem preceder a tomada de decisão final sobre a matéria

MUITO OBRIGADO!

SÍNTESE: RECOMENDAÇÃO

s AA Reduz as receitas previdenciárias

Incentiva a demissão de trabalhadores com carteira assinada

Amplia a rotatividade do emprego

Amplia a descontinuidade das contribuições dos trabalhadores

Dificulta a comprovação dos 25 anos de carência para o acesso ao benefício.

Desmotivação para contribuir

Rebaixa o salário

Redução da massa salarial